

ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL DA REDE ESTADUAL DA BAHIA: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL E DO PERFIL SOCIOECONÔMICO

Catarina Cerqueira de Freitas Santos – UFPE
catarina.csantos@ufpe.br

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar a distribuição territorial e o perfil socioeconômico das escolas participantes do Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira (Lei estadual nº 14.359/2021). Reflete sobre as distinções entre tempo integral e as concepções de educação integral, e por meio do cruzamento dos dados fornecidos pela SEC-Bahia, identifica que, no ano de 2022, das 267 escolas de tempo integral da rede estadual da Bahia, 41,95% estavam situadas em cidades com baixo IDHM. Avalia que 71 estavam em municípios com apenas uma única escola de ensino médio, fato que pode gerar implicações na garantia do direito à educação dos jovens trabalhadores que não podem frequentar escolas de tempo integral.

Palavras-chaves: Escolas de Tempo Integral – Vulnerabilidade Social - Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira

INTRODUÇÃO

A Lei Estadual nº 14.359/2021 instituiu o Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira. O Estado da Bahia desenvolveu diferentes programas de ampliação do tempo escolar nos últimos vinte anos (Santos, 2023), contudo por conta das condicionalidades do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio de Tempo Integral (Portarias MEC nº 1.145/2016, nº 727/2017, nº 1.023/2018 e nº 2.116/2019), foi necessário criar uma lei estadual que regulamentasse a oferta de tempo integral, para que os recursos do programa federal chegassem às escolas vinculadas.

Considerando que a Bahia possui 417 municípios, distribuídos em 27 regionais de Educação denominadas como Núcleos Territoriais de Identidade (NTE), objetivamos analisar a distribuição territorial e o perfil socioeconômico das escolas estaduais atendidas pelo Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira. Para tanto, partimos de uma breve discussão acerca das diferenças conceituais entre educação integral e tempo integral e realizamos uma análise descritiva com base nos dados de matrículas do Sistema de Gestão Escolar (SGE) referente ao ano letivo de 2022, encaminhados pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-BA).

TEMPO INTEGRAL E EDUCAÇÃO INTEGRAL

O ensino de tempo integral no Brasil configura-se como um tipo de jornada com carga horária de sete ou mais horas diárias. É necessário ponderar que o tempo de escola em nossa tradição é muito curto, haja vista que as classes populares têm a necessidade de conjugar o tempo escolar com o tempo produtivo, estabelecendo que “as quatro ou cinco horas diárias que a escola oferece, posto que insuficientes, não significam um tempo mínimo, mas um tempo máximo” de educação (Giolo, 2012, p. 98).

Já a expressão educação integral relaciona-se a uma perspectiva educacional que ambiciona a formação humana em sua completude e independe da carga horária do estudante na escola. Nos aproximamos das formulações que compreendem a educação integral na perspectiva da omnilateralidade, que entende que uma formação emancipatória deve buscar o desenvolvimento intelectual, corpóreo, cultural, psicossocial, e de todas as dimensões que constituem o ser humano, compreendendo as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento (Frigotto; Ciavatta, 2012).

Por outro lado, na atualidade, a concepção de educação integral tem sido apropriada e ressignificada a luz das pedagogias das competências, tal como está expresso na BNCC. Sob esse horizonte, o desenvolvimento das competências socioemocionais articulado a uma pretensa formação integral tem por foco a captura da subjetividade dos estudantes, no intuito de produzir “reações individuais em conformidade com as expectativas sociais, portanto reações estereotipadas, tanto no que se refere ao desempenho intelectual quanto no âmbito das reações emocionais e relações interpessoal” (Silva, 2022, p. 10). Nesse sentido, Santos (2023, p.34) reforça que, “esvaziada de seu sentido emancipador, a ideia de educação integral tem se convertido em um grande slogan das políticas de ampliação do tempo escolar.”

ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL NA REDE ESTADUAL DA BAHIA

As analisar a distribuição territorial das 267 escolas participantes do Programa Anísio Teixeira em 2022, identificamos que elas estão presentes em 186 dos 417 municípios baianos, sendo a maioria em zona urbana (253 instituições). Embora espalhadas por todos os 27 NTEs, percebemos uma concentração de escolas no NTE 26 - referente a região metropolitana de Salvador, contemplando 48 unidades escolares.

Seguindo o critério do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM)¹, percebemos que, entre as 267 escolas, 112 escolas, ou seja 41,95% do total, estão situadas em cidades com baixo índice de desenvolvimento humano. 36,3% estão em cidades com médio IDHM e apenas 21,72% em cidades com IDHM alto.

É notório que as políticas educacionais contemporâneas têm dado ênfase ao recorte de vulnerabilidade social, em consonância com o posicionamento dos organismos internacionais acerca da educação como estratégia de alívio da pobreza (Evangelista; Shiroma, 2012). Assim, a escola de tempo ampliado ofertaria, ao mesmo tempo, a proteção social para os mais necessitados, e “uma formação de sujeitos mais aptos à sobrevivência num contexto de extrema-pobreza, como também de instabilidade no mundo econômico” (Vianna, 2021, p. 115).

Os dados encaminhados pela SEC-BA também demonstram que 71 escolas são as únicas a ofertarem ensino médio no município. Chama atenção os dados de vulnerabilidade social dessas localidades, posto que observamos que 69,01% das escolas estão em regiões de IDHM baixo. É necessário ponderar sobre o tempo integral como a única oferta de educação de Ensino Médio nessas cidades, posto que a imposição desse modelo, ao invés de corresponder a um direito, pode se tornar um mecanismo de exclusão, considerando as condições materiais objetivas de muitos jovens, que necessitam conciliar a escola com atividades laborais. Impelidos a estar por 7h ou 9h diárias na escola, muitos estudantes podem abandoná-la por não terem alternativa para concluir seus estudos. Nesse sentido, concordando com Vianna (2021, p. 210): “a ampliação do tempo da jornada escolar pode provocar um efeito seletivo, pois desconsidera a realidade dos estudantes e as características das condições juvenis brasileiras, iniciando um movimento de expulsão dos que vivem do trabalho”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da nossa análise demonstram que o Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira está presente em todos os NTEs, predominantemente em escolas de contexto urbano, em cidades de baixo e médio IDHM. Destaca-se a presença de 71 escolas que são as únicas a ofertarem ensino médio no município, o que pode implicar na

¹ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda, seguindo a metodologia o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano (PNUD, 2013)

garantia do direito à educação de jovens que realizam atividades laborais. Como efeito, o enfoque em regiões de vulnerabilidade social, ao invés de reduzir as desigualdades educacionais, pode ampliá-las caso não sejam apresentadas estratégias que permitam a permanência dos estudantes na escola.

Nesse sentido, destacamos que a luta pela ampliação de escolas de tempo integral deve estar articulada com um conjunto de políticas intersetoriais que considerem as especificidades advindas dos contextos socioeconômicos dos municípios. Ademais, essa luta não pode prescindir de uma proposta de educação integral verdadeiramente emancipatória.

REFERÊNCIAS

FRIGOTTO, Gaudencio.; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2012

GIOLO, Jaime. Educação de tempo integral: resgatando elementos históricos e conceituais do debate. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012

SANTOS, Catarina Cerqueira de Freitas. **Educação (em tempo) integral?** Uma análise do programa de fomento às escolas de Ensino Médio de tempo integral (EMTI) frente às políticas de ensino de tempo integral da rede estadual da Bahia (2017-2022). Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2023

SILVA, Marcio Magalhães. Crítica à formação de competências socioemocionais na escola. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 22, n. 00, p. e022013, 2022. DOI: 10.20396/rho.v22i00.8659871

VIANNA, Rafael de Brito. **Neoliberalismo escolar e educação integral no Brasil: sentidos, contextos e limites da política de fomento às escolas de ensino médio de tempo integral - PFEMTI (2016-2022)**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2021.